26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

DA CUSTÓDIA AO CUIDADO: O ARQUIVO COMUNITÁRIO DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DA PARAÍBA

FROM CUSTODY TO CARE: *THE COMMUNITY ARCHIVE OF THE WORKING WOMEN'S MOVEMENT OF PARAÍBA*

Priscilla Gomes de Araújo – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Gracy Kelli Martins – Universidade Federal do Cariri (UFCA)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Gisele Rocha Côrtes – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Susel Oliveira da Rosa – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A arquivística tradicional opera sob lógicas normativas que frequentemente reproduzem as estruturas da colonialidade de gênero, resultando no apagamento da atuação política das mulheres em arquivos institucionais. Diante dessa tensão, indaga-se de que maneira o saber-fazer na preservação da memória de movimentos sociais atua como estratégia de resistência e reexistência capaz de subverter os silenciamentos da arquivística convencional. O presente artigo objetiva analisar elementos da organização do conjunto documental do Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba, sob a custódia do arquivo comunitário do Serviço de Educação Popular, por meio das lentes da decolonialidade e das teorias feministas, identificando como suas práticas visibilizam a agência política feminina. O trabalho se caracteriza como uma pesquisa social qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental, amparada metodologicamente pelo conceito de artesanato intelectual. A análise do acervo revela que a incorporação de termos nativos e a valorização das narrativas cotidianas na descrição documental materializam uma epistemologia situada e performática. Conclui-se que o fazer empírico desse arquivo comunitário tensiona as estruturas hegemônicas ao promover uma transição da custódia tradicional para uma arquivística do cuidado pautada na empatia radical. Desse modo, o saber-fazer das trabalhadoras rurais e urbanas assegura a justiça epistêmica e a reexistência de suas memórias.

Palavras-chave: arquivos comunitários; gênero; decolonialidade; mulheres; Movimento de Mulheres Trabalhadoras.

Abstract: Traditional archival science operates under normative logics that frequently reproduce the structures of the coloniality of gender, resulting in the erasure of women's political action in institutional archives. Faced with this tension, the question arises as to how the know-how in preserving the memory of social movements acts as a strategy of resistance and re-existence capable of subverting the silences of conventional archival science. This article aims to analyze elements for the organization of the documentary collection of the Working Women's Movement of Paraíba, under the custody of the community archive of the Popular Education Service, through the lenses of decoloniality and feminist theories, identifying how its practices make female political agency visible. It is characterized as a qualitative, descriptive, bibliographic, and documentary social research, methodologically supported by the concept of intellectual craftsmanship. The analysis of the collection reveals that the incorporation of native terms and the valuation of everyday narratives in documentary description materialize a situated and performative epistemology. It is concluded that the empirical practice of this community archive tensions hegemonic structures by promoting a transition from traditional custody to an archival science of care grounded in radical empathy. In this way, the know-how of rural and urban working women ensures epistemic justice and the re-existence of their memories.
Keywords: community archives; gender; decoloniality; women; Working Women's Movement.

1 INTRODUÇÃO

A exploração de *Abya Yala*, denominação de origem indígena utilizada para se referir ao continente americano antes da colonização europeia, foi justificada pela desumanização dos povos nativos e impôs culturas e epistemologias eurocêntricas que silenciaram vozes e saberes ancestrais. Os registros, manuais e a própria organização e representação da informação foram marcados por uma escrita branca e ocidental, que marginalizou práticas culturais e grupos inteiros. O “zelo hetero - organizacional”, como descrito por García Gutiérrez (2011), impôs a cultura ocidental como hegemônica, com sua forma de organização sendo tomada como de interesse global, sem qualquer preocupação com a diversidade cultural ou com os grupos marginalizados.

Os arquivos, enquanto instituições que também possuem valores de memória, não escaparam a essa lógica. Fomentados pelo Estado e pela administração pública, serviram (e ainda servem), prioritariamente, como equipamentos de gestão e poder. A forma como a informação e o conhecimento estão tradicionalmente organizados e representados nesses ambientes é permeada pela colonialidade, afastando de seus espaços pessoas racializadas e públicos vulnerabilizados. Como afirma Jefferson da Silva “[...] os arquivos oficiais, muitas

vezes, não representam nem acolhem as vivências de populações marginalizadas, reproduzindo práticas excludentes herdadas do colonialismo" (Silva, 2025, p. 18). Essa realidade reforça a necessidade de repensar a Arquivologia e a Ciência da Informação, a fim de que ambas possam contribuir para o reconhecimento e a valorização da diversidade de outras experiências, memórias, culturas e identidades.

Nesse contexto, os arquivos comunitários surgem organicamente, ao decidirem preservar suas histórias, memória, identidade e cultura, por meio dos documentos, geralmente, sem depender de uma instituição arquivística oficial. Assim, há resistência, preservação, representação e enfrentamento das estruturas de poder que historicamente marginalizaram determinados grupos sociais. Os arquivos comunitários se caracterizam por uma prática distinta daquela presente nos modelos tradicionais, hierarquizados e legalistas. Segundo Flinn, Stevens e Shepherd (2009), configuram-se como arquivos compostos por documentos e coleções reunidos de forma independente, com a participação ativa da comunidade em sua constituição e gestão, de modo a assegurar a preservação e o acesso às narrativas do grupo ou da localidade a que pertencem.

Embora a literatura internacional aborde os arquivos comunitários desde o final da década de 1990 (Gilliland; Flinn, 2013), os estudos sobre arquivos comunitários no Brasil são recentes (Alencar; Cervantes; Barité, 2023), o que estimula a produção desta pesquisa. Compreendendo que os processos arquivísticos são atravessados por relações de poder que definem quais sujeitos, experiências e memórias serão preservados ou silenciados, esta pesquisa incorpora à perspectiva decolonial a discussão sobre a colonialidade de gênero (Lugones, 2020).

Tais inquietações surgem a partir do contato direto de duas das autoras com o acervo do Serviço de Educação Popular (SEDUP). Uma delas atua como arquivista responsável pelas atividades de organização documental, enquanto a outra coordena um projeto de extensão e dois projetos de iniciação científica da Universidade Estadual da Paraíba dedicados ao estudo das trajetórias e representações das mulheres presentes nesse acervo. Essa inserção possibilitou acompanhar não apenas a documentação produzida e preservada pela instituição, mas também os processos de organização e interpretação da memória coletiva nela registrada.

Para fins desta pesquisa, foram analisados os documentos reunidos no Grupo 9 do

arranjo documental[1] do SEDUP, denominado “Mulheres”, que concentra registros relacionados ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), em um subgrupo intitulado com o nome desse movimento. Especificamente, os documentos da série documental referente ao I Encontro de Mulheres Trabalhadoras, realizado na cidade de Guarabira, PB, no ano de 1986, bem como os documentos das subséries: Preparação para o Encontro; Documentos do Encontro; e Avaliação do Encontro. A escolha desse conjunto documental decorre de sua relevância para compreender como práticas de preservação e representação da memória podem contribuir para a visibilização da agência política das mulheres e para o enfrentamento dos silenciamentos historicamente produzidos pelos arquivos tradicionais.

Nessa abordagem, o problema central desta investigação reside no apagamento histórico e na invisibilização da atuação política das mulheres nos arquivos tradicionais, cujas práticas normativas reproduzem as estruturas da colonialidade de gênero. Embora a Arquivologia convencional opere sob uma lógica de silenciamento institucionalizado, movimentos sociais constroem formas outras de salvaguarda de suas trajetórias. Diante dessas tensões epistêmica e prática, emerge a seguinte problemática: de que maneira o saber-fazer presente nas atividades de preservação e organização da memória do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) opera como uma estratégia de resistência e reexistência capaz de desafiar a colonialidade de gênero e subverter os apagamentos históricos da arquivística tradicional?

Para responder a essa questão, o presente artigo tem como objetivo analisar elementos para a organização do acervo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), sob a custódia do arquivo comunitário do Serviço de Educação Popular (SEDUP), sob as lentes da decolonialidade e das teorias feministas, identificando como as suas práticas de organização e preservação da memória arquivística visibilizam a agência política dessas mulheres e confrontam os silenciamentos da arquivística convencional.

A abordagem metodológica adotada é a da pesquisa social qualitativa, que, para Cecília Minayo (2009), expressa a perspectiva ideológica do conhecimento científico, sendo parcial e

[1] O arranjo documental do SEDUP foi construindo em conjunto com a equipe de educadores populares e pessoas associadas, após estudo da documentação e diversos debates, chegou-se à divisão de 14 grupos, que são: 1. Fundação; 2. Administrativo e financeiro; 3. Alfabetização; 4. Assessoria sindical; 5. Comunicação popular e produção de material; 6. Produções de outras organizações; 7. Formação de base; 8. Tecnologia popular (campo); 9. Mulheres; 10. Crianças e adolescentes; 11. Juventudes; 12. Pesquisa; 13. Igreja e; 14. Participação social.

sujeita ao contexto histórico-social. Ancorado nesses pressupostos, o estudo busca realizar um "artesanato intelectual" (Gondim; Lima, 2006), marcado pela complexidade de abordar elementos distintos, mas inseparáveis, que constituem um todo (Morin, 2001). Assim, a pesquisa se propõe a ser bibliográfica, documental, de campo, qualitativa e descritiva.

Esta pesquisa se empenha em reforçar os estudos em torno dos arquivos comunitários, que ainda sofrem resistência no campo da Arquivologia. Entender e pensar sobre os arquivos comunitários no fazer científico é ultrapassar barreiras teóricas enrijecidas na Arquivologia, pois, no Brasil, ainda existe um debate "incipiente no campo dos arquivos" (Arquivo Nacional, 2026, p. 7). Trata-se de compreender o papel social nos arquivos com base nas ações comunitárias e territoriais na constituição de acervos documentais, assim como feito na Biblioteconomia, com as bibliotecas comunitárias, ou na Museologia, com os ecomuseus (Araújo; Martins, 2026).

Nessa perspectiva, o poder público, por meio do Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025, que altera o Decreto nº 4.073 de 03 de janeiro de 2002, regulamentador da Lei nº 8.159/1991, sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, passa a reconhecer os arquivos comunitários como parte da Política Nacional de Arquivos.

Buscando identificar a produção científica sobre arquivos comunitários, em junho de 2026, foram recuperados os seguintes resultados a partir da busca pela temática, sem recorte temporal: da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 06 trabalhos, sendo 04 teses e 02 dissertações, publicadas entre 2020 e 2025; do portal Scielo, recuperou-se apenas uma publicação de 2023; já da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), foram encontrados 9 artigos, entre 2022 e 2026.

Percebe-se que a produção acerca dos arquivos comunitários ainda é escassa e bem recente no Brasil. No entanto, compreendemos que essas pesquisas devam exceder os pressupostos teóricos da Arquivologia, pois residem na resiliência dos registros provenientes de diversas produções, contextos, tipos e suportes, que atendem ao princípio da territorialidade, refletem, alimentam e podem garantir justiça social para a cultura e a identidade de diversos povos com base nos registros documentais. De acordo com Cardona (2025, p. 12), "[...] para combinar com sucesso, natureza e cultura, devemos nos aproximar da matriz da autocompreensão do mundo e da vida".

Sob essa ótica, os arquivos comunitários emergem de um processo orgânico de constituição da memória, sendo inseparável da vida coletiva. Eles são produzidos nas relações

entre pessoas, territórios, culturas e experiências, preservando não apenas documentos, mas também modos de existir, resistir e atribuir significado ao mundo. Sua constituição está enraizada nas vivências cotidianas e políticas das comunidades, que transformam a memória em continuidade, pertencimento e reexistência, articulando cultura e natureza, "[...] como parte orgânica das instituições, não apenas pragmaticamente, mas também filosófica e ontologicamente" (Cardona, 2025, p. 8).

2 COLONIALIDADE, FEMINISMO E ARQUIVOS

A segunda metade do Século XX marca no mundo diversos eventos políticos. Com eles, agregam-se os movimentos de resistência de mulheres, que colaboraram para rupturas políticas e transformações sociais. No mundo colonizado, a escrita e os documentos impressos marcaram a presença das mulheres no espaço público, na luta contra as guerras e conflitos armados, na decentralização e na produção de conhecimento. Segundo Marika Cifor e Stacy Wood (2017), nesse contexto, com a efervescência dos movimentos feministas e *queer*, surgem acervos documentais com a finalidade política de representar as narrativas feministas nos arquivos.

Narrativas outras, com base na teoria feminista, em diferentes vertentes, colaboram para a formação do entendimento sobre as múltiplas relações entre arquivo e poder, uma vez que começam a identificar a necessidade da guarda dos registros documentais sobre as mulheres, até então raramente presentes nos acervos institucionais.

Assim, Michelle Perrot evidencia a ausência das mulheres nos espaços dos arquivos diante da escassez de fontes e vestígios que registrem suas experiências:

> "Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios" (Perrot, 2007, p. 21).

A ausência ou destruição desses registros evidencia que a constituição dos acervos não é dissociada das relações de poder, contribuindo historicamente para a invisibilização das experiências das mulheres e reforçando a necessidade de reconhecer e preservar seus registros documentais.

Retrocedendo o tempo, ao olhar para o colonialismo, percebe-se a imputação - até hoje – de uma cultura hegemônica, dominadora e exploratória, travestida de modernidade, que visa garantir o civilizado, o cristão, a verdade, que dita normas, conhecimento e

epistemologias em uma lógica única e universal (García Gutiérrez, 2006, p. 106). Ora, se, como diz García Gutiérrez (2006), a contradição é uma das pré-condições para a diversidade e, assim, a unidade lógica é inimiga do diverso, para o colonialismo, não é de interesse ter suas estruturas questionadas.

Para Mignolo (2010), a colonialidade do poder, assim como a colonialidade do conhecimento, do ser, do ver, do fazer e outras, são cruzadas por formas de controle: controle da economia da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade e da subjetividade do conhecimento. No entanto, autoras como Geni Núñez Longhini (2022) criticam os estudos sobre colonialidade inseridos no viés da racialidade, uma vez que marginalizam das análises as pessoas indígenas e os povos originários. Para a autora, "[...] nós fazemos parte do território, com nossos corpos, nossas cosmologias, nós o somos. Quem se esforça para separar-se de si mesmo, para apartar-se daquilo que é, ou seja, da natureza, é o pensamento colonial" (Núñez Longhini, 2022, p. 22). A autora também pondera sobre a importância de as reflexões estarem descentralizadas do humano, pensando a natureza como parte integradora das injustiças e das explorações do colonialismo. Nesse viés, recorre-se à perspectiva Natália Duque Cardona (2025, p. 7) ao agregar a natureza nos estudos informacionais, ao compreender a natureza em diálogo constante com a cultura: "[...] instituições de memória vinculam natureza e cultura, transcendendo o ser e se considerando apenas instituições sociais e assumindo-se e configurando-se como instituições socionaturais".

Ainda no âmbito dos debates sobre a colonialidade, María Lugones (2020) critica a formulação de Aníbal Quijano ao argumentar que sua teoria da colonialidade do poder não atribui centralidade às questões de gênero. Para a autora, Quijano compreende as diferenças de gênero segundo disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos, assumindo que o sexo corresponde a atributos biológicos posteriormente elaborados como categorias sociais. Nesse sentido, Lugones afirma que o autor "[...] entende o sexo com atributos biológicos que podem ser elaborados como categorias sociais", assim como o faz com a raça, de modo que "reduz o gênero à organização do sexo" (Lugones, 2020, p. 61-62).

A crítica de Lugones dirige-se, portanto, à forma como a colonialidade do poder foi originalmente formulada por Quijano (2005). Segundo o autor, a colonialidade se estrutura sobre dois eixos fundamentais: a classificação racial da população mundial e o controle do trabalho, dos recursos e dos produtos articulados ao capital e ao mercado (Quijano, 2005).

Para ele, a ideia de raça constituiu um princípio organizador das relações de poder entre colonizadores e colonizados, legitimando hierarquias sociais, formas de exploração e mecanismos de dominação. A associação entre classificação racial, controle do trabalho e exploração econômica configuraria aquilo que o autor denomina colonialidade do poder.

Antes de apontar a definição do conceito de colonialidade do gênero, a autora relaciona colonialidade com gênero, com interseccionalidade, com intersexualidade e com os povos tradicionais. Além disso, ela mostra a complexidade para se entender o lugar do gênero nas sociedades, antes mesmo de serem colonizadas. Para Lugones (2020), o capitalismo eurocentrado e colonizador/moderno produziu mudanças estruturais nas sociedades colonizadas, introduzidas pelo colonialismo do poder, inferiorizando as mulheres colonizadas. Assim, o sistema de inferioridade e superioridade imposto pela colonização ao gênero instigou a autora a desenvolver o conceito de colonialidade de gênero.

A compreensão do gênero como uma imposição colonial revela que este sistema não apenas classifica corpos, mas atua como uma ferramenta de desintegração das relações comunais, das economias coletivas e das cosmologias pré-coloniais. Segundo essa perspectiva, a colonialidade do poder e a colonialidade do gênero são mutuamente constitutivas, de modo que a imposição do binarismo moderno/colonial só é possível mediante a classificação racial e de gênero das populações. Portanto, investigar as organizações sociais sob uma lente decolonial exige reconhecer que o sistema de gênero é um dispositivo de poder utilizado para apagar a autoridade e os processos rituais coletivos das mulheres, tornando indispensável a retomada de lógicas de organização não hegemônicas para compreender a profundidade do impacto colonial nas subjetividades e nos registros de memória (Lugones, 2020).

Nos diversos aspectos da colonialidade, o poder impõe gênero, saber, ser, natureza, epistemologias, memória etc. Há a imposição de um sistema binário de gênero, que desumaniza e inferioriza a existência de grupos sociais, prega a heterossexualidade, domina mediante a supremacia racial e étnica, controla e explora o trabalho, prega a violência, o ódio, a intolerância religiosa, justapõe sua educação, cultura, língua e epistemologias, tudo no intuito de controlar e aplicar a valorização do padrão europeu, condenando, veementemente, tudo que for distinto.

Todo o contexto da colonialidade atribui caráter estrutural às formas de reprodução das violências físicas, psicológicas, simbólicas, patrimoniais e epistemológicas, cujos efeitos

permanecem presentes nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, a violência de gênero não se manifesta apenas por meio de ações diretas e explícitas contra as mulheres, mas também de forma difusa e cotidiana, materializando-se nos sistemas de representação social que produzem e reforçam desigualdades. Ela pode ser observada na construção de narrativas sobre as mulheres, nos processos de patrimonialização e nas homenagens públicas, nos jogos digitais, nos ambientes da web, em avatares e assistentes digitais, na publicidade, bem como em produções cinematográficas e midiáticas que reproduzem estereótipos, hierarquias e mecanismos de invisibilização (Martins; Côrtes; Sampaio; Mota, 2025).

Assim, a colonialidade de gênero opera não apenas sobre os corpos, mas também sobre os imaginários, os discursos, as memórias e os espaços de produção de conhecimento e cultura. De forma análoga, as classificações hierárquicas impostas aos povos segundo gênero, raça, etnia, religião e dos referenciais culturais e identitários dos colonizadores produziram também o que Vitória Gomes Almeida (2025) denomina de colonização da memória.

Dessa forma, as memórias registradas e preservadas em espaços como os arquivos tendem a refletir aquilo que foi escrito, documentado e fotografado conforme a perspectiva dos colonizadores. Como afirma Djamila Ribeiro (2017), o que foi produzido pelos grupos hierarquizados e não humanizados foi subalternizado. Seus saberes, valores e produções intelectuais encontram as condições sociais de um lugar silenciado estruturalmente.

Segundo Silvia Cusicanqui (2021, p. 29):

> No colonialismo, há uma função muito peculiar para as palavras: elas não designam, mas encobrem; e isto é particularmente evidente na fase republicana, quando foram adotadas as ideologias igualitárias ao mesmo tempo que se escamoteavam os direitos cidadãos da maioria da população. Desse modo, as palavras se converteram em um registro ficcional, repleto de eufemismo que escondem a realidade ao invés de designá-la.

De tal modo, nos arquivos institucionais cujas criações foram impulsionadas após a Revolução Francesa, perpetuou-se o padrão hegemônico de uma hierarquia colonizadora. A prática e a teoria arquivística pregam caminhos supostamente objetivos, neutros e verdadeiros, de cordo com Marika Cifor e Stacy Wood (2017).

Em consonância com esse entendimento, Terry Cook (2001, p. 8) argumenta que os arquivos, a memória e os registros foram constituídos sob uma lógica “[...] implacável e intencionalmente patriarcais”, e ainda seguem como um espaço em que “[...] as mulheres foram deslegitimadas” nos procedimentos de arquivamento. Na mesma direção, Michelle

Perrot (2007, p. 17) reafirma: “Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas”.

Instigadas pela antropóloga guarani kaiowá Valdelice de Veron (2018), pensar o arquivo por meio de práticas decoloniais é “fazer o papel falar”. Trata-se de perceber os lugares sociais ocupados pelas pessoas colonizadas, como estabelece a teoria do ponto de vista feminista de Patricia Hill Collins (1997), que defende a análise conforme a localização dos grupos subalternizados nas relações de poder, uma vez que as intersecções entre raça, gênero, classe, entre outras categorias, constituem elementos situados na estrutura social que favorecem a reprodução de opressões, desigualdades e injustiças.

Também é possível citar os estudos feministas do conhecimento situado, de Donna Haraway, em que há rejeição da totalidade e da neutralidade da ciência, compreendendo que o conhecimento deve ser construído conforme um lugar específico, com base no gênero, na raça e na classe, com base na configuração entre a visão biológica e a vontade pessoal. Assim, os arquivos podem também ser organizados segundo essa lógica situacional.

De maneira complementar, essa compreensão dos processos sociais como construções contextualizadas encontra ressonância na teoria da performatividade de Judith Butler (1990), que concebe o gênero não com uma essência dotada de fixidez, mas como uma construção identitária performática mediante repetições, estilizada com ato, gestos e discursos. Ou seja, com base na teoria de Butler, “[...] o ato de arquivar é constituído por meio da repetição de um conjunto específico de ações sancionadas, que se naturalizam em códigos de conduta e de crença” (Cifor; Wood, 2017, p. 13).

É nessa perspectiva teórica que a lógica empírica dos arquivos comunitários dialoga com as práticas decoloniais e de teorias feministas. Caswell e Cifor (2016, p. 24, tradução nossa) propõe “[...] uma abordagem contrastante, inspirada pela ética feminista, que se concentra na empatia radical e nas obrigações de cuidado”, especificando as ações arquivísticas em quatro tipos de relações afetivas: entre arquivistas e as pessoas produtoras de documentos; entre arquivistas e a pessoas representadas nos documentos; entre arquivistas e as pessoas usuárias dos documentos; e entre arquivistas e as comunidades.

Logo, os arquivos comunitários são:

> Coleções de materiais reunidos principalmente por membros de uma determinada comunidade e sobre cujo uso os membros da comunidade exercem algum nível de controle. Isso permite que as coleções sejam mantidas totalmente independente das instituições tradicionais de herança cultural [...] de fato, argumentamos que a

> característica definidora dos arquivos comunitários é a participação ativa de uma comunidade em documentar e tornar acessível a história de seu grupo particular e/ou localidade em seus próprios termos (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 72, tradução nossa).

Dessa forma, é no arquivo comunitário que a comunidade detentora assume o controle da narrativa, da produção, da organização, da descrição e da disseminação da informação, pois sua construção envolve múltiplas pessoas em um movimento orgânico. Valoriza-se, nesse contexto, a função transformadora dos arquivos comunitários ao desafiarem os modos dominantes da prática arquivística e ao evidenciarem uma dinâmica de cuidado e empatia (Caswell; Cifor, 2016). Nessa direção, para Alencar, Cervantes e Barité (2023, p. 63, grifo próprio):

> […] são expressões da dimensão pluralista e inclusiva focada em uma práxis arquivística crítica, *feminista* e decolonial, que denuncia opressões por meio de propostas e projetos visando pautar a temática da libertação/emancipação em âmbito dos registros e da memória, para grupos socialmente marginalizados.

Desse modo, a articulação entre as perspectivas decoloniais e feministas permite compreender os arquivos comunitários como construções sociais situadas e expressões coletivas de memória, atravessadas por relações de poder que tanto produzem silenciamentos quanto possibilitam processos de resistência, representação e reexistência. Ao valorizar saberes situados e experiências historicamente marginalizadas, esses arquivos tensionam as lógicas coloniais de produção, organização e legitimação do conhecimento.

3 O ACERVO DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS

O Serviço de Educação Popular (SEDUP), fundado na cidade de Guarabira, localizada na região do Brejo paraibano, sob a influência da educação popular freiriana e das pastorais sociais, atua de maneira significativa, desde 1981, na promoção da conscientização de direitos por meio da educação popular e da participação social nos espaços de poder.

Com os vários suportes oferecidos às pessoas à margem dos espaços de poder, o SEDUP contribuiu para a organização de mulheres trabalhadoras do corte da cana-de-açúcar - unindo corpo, direitos, território e natureza - e apoiou o surgimento do Movimento das Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB), oferecendo suporte administrativo, alfabetização e formação política desde sua gênese em 1982. Enquanto o MMT emergia como uma força de resistência interseccional contra a hegemonia patriarcal dos sindicatos e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o SEDUP se tornou instituição mentora e guardiã de parte da sua memória institucional.

Atualmente, parte do acervo documental do MMT, custodiado pelo SEDUP, reúne registros importantes das décadas de 1980 e 1990 - como relatórios de encontros, reuniões, cartas, fotografias e poesias - que evidenciam a luta das trabalhadoras rurais e urbanas pela decolonização da sexualidade, da maternidade e pela conquista de direitos.

Segundo Priscilla Araújo e Susel Rosa (2024, p. 204), é preciso considerar que toda constituição de um arquivo é formada por intencionalidades,

> Lembrando que, longe, portanto, de serem receptáculos apáticos, os arquivos são, ao mesmo tempo, produtos e produtores de hierarquizações sociais. Se, por um lado, materializam as escolhas sobre o que deve ser preservado e, portanto, celebrado, monumentalizado, por outro, são também a encarnação de um longo processo de exclusões, geralmente levado a cabo de maneira silenciosa, imperceptível, naturalizada.

Ao observar o processo organizativo desse conjunto documental, percebe-se a articulação entre as teorias arquivísticas, as perspectivas feministas e a decolonialidade, expressas na valorização das narrativas das mulheres que participaram do processo de politização do movimento, o que reforça a afirmativa de Cook, que "[...] a teoria arquivística não deve ser vista como um conjunto de leis científicas imutáveis, formadas de maneira desinteressada e válidas para todos os tempos" (1997, p. 46). Essa valorização se materializa tanto nos documentos, fotografias e filmes que compõem o acervo do SEDUP quanto nas pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre o MMT, que recorreram à aplicação de questionários e à realização de entrevistas com suas integrantes. Não há adoção de elementos técnicos que permitam rigidez, como o princípio da proveniência. Também não há ações de arquivamento que são naturalizadas nesse acervo, pois cada documento e o seu contexto são únicos, quando observados pela teoria da performatividade (Butler, 1990).

Na prática, o desenho do arranjo documental do SEDUP, especialmente no Grupo 9, denominado "Mulheres", reúne documentos produzidos tanto pelo próprio SEDUP quanto pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras. Sob a perspectiva arquivística tradicional, orientada pelo princípio da proveniência, esses registros deveriam constituir fundos distintos. Contudo, essa separação se mostra insuficiente para representar a trajetória histórica do movimento e do próprio SEDUP. A participação direta da equipe do SEDUP da mobilização, formação política e fundação do MMT, bem como no suporte administrativo e na elaboração dos documentos institucionais, resultou em processos de produção documental compartilhados.

Nesse contexto, as fronteiras entre as entidades produtoras tornam-se permeáveis,

pois os documentos refletem uma construção coletiva das ações políticas desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras. Tal configuração desafia modelos arquivísticos centrados em estruturas rígidas de classificação e evidencia uma lógica mais próxima das perspetivas feministas e decoloniais, nas quais os registros são compreendidos como produtos de relações sociais situadas, afetivas e historicamente contextualizadas.

Sob a lente da performatividade proposta por Butler (1990), esses documentos não apenas registram ações passadas, mas materializam práticas reiteradas, discursos e formas de organização que constituíram a própria identidade do movimento. Assim, a manutenção conjunta dos registros do MMT e do SEDUP pode ser compreendida menos como inadequação técnica e mais como expressão da memória compartilhada que deu origem ao movimento e sustentou sua atuação ao longo do tempo.

Os documentos que compõem esse acervo, mediante a teoria do ponto de vista feminista (Collins, 1997), refletem ações feministas (ainda que não fossem compreendidas dessa forma à época), quando as mulheres analisam e discutem seu papel na participação dos sindicatos, avaliam essa participação, observam suas condições de trabalho e os direitos que devem conquistar, identificam as dificuldades encontradas na formação dos filhos e, em sua própria educação, narram acontecimentos e contribuem para a compreensão de um contexto e de um conhecimento situado (Haraway, 1991), que orienta a forma de representar essas informações e, hoje em dia, de organizar esse arquivo comunitário. A compreensão desses elementos, em diálogo com as mulheres que ainda estão vivas, contribui para a estruturação do arranjo organizacional dos documentos**.**

Compreender o espaço-tempo dos grupos sociais a partir do território, da cultura, da natureza, dos costumes, desigualdades, preconceitos, violências e apagamentos vividos por essas mulheres, por exemplo, valoriza e ressignifica o lugar de fala de suas perspectivas no processo de organização documental. Os mecanismos instrumentais da Arquivologia nos arquivos comunitários devem cercar-se de práticas contra-hegemônicas e de resistência, como na descrição dos documentos, que, ao utilizar termos para garantir pontos de acesso aos documentos, representem o contexto em que essas mulheres estavam/estão situadas e que valorizem as suas narrativas.

Por exemplo, no Relatório do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras, realizado pelo MMT, entre os dias 7 e 8 de março de 1986, em Guarabira, PB, constam informações sobre a preparação do encontro (discussões, reuniões de base e mobilizações, programação,

conteúdo, reivindicações aprovadas, avaliações do encontro e da concentração do ato público) “Mulher organizada não será pisada”, que reuniu aproximadamente 2 mil mulheres, entre elas, Elizabeth Teixeira[2]. Evidenciamos deste documento os temas trabalhados no encontro (mulher e maternidade; mulher e trabalho; mulher e sindicato; mulher e terra; e mulher e constituinte). Além dos assuntos abordados, contém ainda a dinâmica ocorrida, as prioridades de demandas obtidas, além de um campo com os depoimentos das mulheres participantes sobre as temáticas trabalhadas.

Nesse exemplo, fica evidente a necessidade da aproximação das teorias feministas e das práticas decoloniais, concentradas em dirimir os opressores lógicos (García Gutiérrez, 2006) das ações arquivísticas nos arquivos comunitários, ou seja, termos como “companheiras”, “moças novas”, “sindicato pelego” e “livrinhos”, que constam no relatório, possuem sua importância no contexto de produção do documento e precisam estar presentes no vocabulário a ser utilizado na atividade de descrição documental. Assim, com a proposição da empatia radical e das obrigações do cuidado (Caswell; Cifor, 2016), a pessoa arquivista passa a atuar com parcialidade afetiva nas conexões com quem produz o documento, com os sujeitos nele inscritos, os usuários da informação e as comunidades envolvidas, fortalecendo as discussões dos arquivos comunitários e o fazer decolonial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres “teimosas” (Rezende, 2015, p. 10), que participavam das reuniões dos sindicatos, já expressavam suas resistências ao que estava posto na sociedade naquela época. A atuação do SEDUP, junto a essas pessoas esquecidas, foi o elemento-chave para o reconhecimento das comunidades em seu espaço-tempo e direitos. Percebe-se que, na dinâmica de um arquivo comunitário, encontramos narrativas diversas, de grupos não representados nos arquivos oficiais, cujos nomes estão retidos, esquecidos (Simonini; Eleutério, 2018), configurando um silenciamento institucionalizado.

A análise do acervo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras evidencia que a preservação documental não se limita à guarda de registros, mas se constitui como prática política de produção de memória, reconhecimento e justiça epistêmica. Ao tensionar os

[2] Nascida na Paraíba em 1925 e ainda viva, é a primeira mulher a se tornar líder das Ligas Camponesas. Teve seu companheiro João Pedro Texeira assassinato a mando dos latifundiários (Muniz; Tavares, 2025), movimento originado pela organização de pessoas trabalhadoras rurais, que ganhou força entre as décadas de 1950 e 1960, cuja pauta era o fim do latifúndio, garantia de direitos trabalhista e pela reforma agrária.

princípios tradicionais arquivísticos, negando a neutralidade do arquivo, do arranjo ou da descrição, o arquivo comunitário estudado demonstra que a organização do arquivo pode emergir das relações do cuidado, pertencimento e compromisso com as experiências das comunidades representados.

Portanto, a passagem da custódia ao cuidado, observado no acervo do MMT, não representa apenas uma alternativa técnica de gestão documental, mas uma inflexão ética e política que possibilita reexistência de memórias historicamente silenciadas. Ao reconhecer o protagonismo das mulheres na produção, organização e preservação dos seus próprios registros, o arquivo comunitário revela seu potencial como espaço de resistência à colonialidade de gênero e na construção de narrativas plurais sobre o passado.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento dos estudos sobre arquivos comunitários no campo da CI e da Arquivologia, estimulando novas investigações acerca das relações entre memória, gênero, território e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maíra Fernandes; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; BARITÉ, Mário. O contexto do uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas, Porto, série 3, n. 19, p. 55-77, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a4. Acesso em: 2 maio 2026.

ALMEIDA, Vitória Gomes. **Por que nos querem esquecidas?** Patrimônios, matrimônios e a descolonização da memória. Fortaleza - CE: Editora da UECE, 2025.

ARAÚJO, Priscilla Gomes de; MARTINS, Gracy Kelli. Arquivos suleados: narrativas plurais e a visibilidade de comunidades historicamente marginalizadas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 1-26, jan./jun. 2026. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/804. Acesso em: 2 maio 2026.

ARAÚJO, Priscilla Gomes de; ROSA, Susel Oliveira da. Entre arquivos, resistências e histórias: o SEDUP e os movimentos de mulheres. *In*: ADILSON FILHO, José; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; NUNES, Paulo Giovani Antonino (org.). **América Latina e Brasil**: pluralidade, permanências e rupturas. João Pessoa: Editora do CCTA, 2025. p. 197-224.

ARQUIVO NACIONAL. **Relatório de análise de cenários acerca dos arquivos comunitários**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2026. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/handle/123456789/1156. Acesso em: 2 jun. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025. Altera o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a

política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, edição 164, p. 5, 29 ago. 2025. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12599-28-agosto-2025-797893-publicacaooriginal-176237-pe.html. Acesso em: 19 nov. 2026.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CARDONA, Natalia Duque. Natureza na Ciência da Informação. **In**: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2025. Disponível em: https://enancib.emnuvens.com.br/enancib/pt_BR/article/view/436 Acesso em: 6 maio 2026.

CASWELL, Michelle; CIFOR, Marika. From human rights to feminist ethics: radical empathy in the archives. **Archivaria**, [*s. l.*], v. 81, p. 23-43, maio 2016. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13557. Acesso em: 19 nov. 2026.

CIFOR, Marika; WOOD, Stacy. Critical feminism in the archives. **Journal of Critical Library and Information Studies**, [*s. l.*], v. 1, n. 2, p. 1-27, 2017. Disponível em: https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/27. Acesso em: 10 maio 2026.

COLLINS, Patricia Hill. Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": where's the power? **Signs**, [*s. l.*], v. 22, n. 2, p. 375-381, 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1086/495162. Acesso em: 19 nov. 2026.

COOK, Terry. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. **Archivaria**, [*s. l.*], n. 51, p. 14-35, maio 2001. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12792. Acesso em: 19 nov. 2026.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, [*s. l.*], n. 43, p. 17-63, fev. 1997. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12175. Acesso em: 9 set. 2026.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: n-1 edições, 2021.

FLINN Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose memories, whose archives? Independent Community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, [*s. l.*], v. 9, n. 1, p. 71-86, 2009. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-009-9105-2. Acesso em: 20 maio 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente Favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, [*s. l.*], v. 18, n. 2, p. 1-10, 2006. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6330. Acesso em: 2 jun. 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pós-epistemológico. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/89vfV6PdSJjGkRMrr56GqvJ/. Acesso em: 19 nov. 2026.

GILLILAND, Anne; FLINN, Andrew. Community archives: what are we really talking about? *In*: CIRN PRATO COMMUNITY INFORMATICS CONFERENCE, 2013, Prato. **Anais** [...]. Prato: Centre for Community Networking Research; Centre for Social Informatics, Monash University, 2013. p. 1-23. Disponível em: https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf. Acesso em: 1 jun. 2026.

GONDIM, Linda; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como artesanato intelectual**. São Carlos: EdUfscar, 2006, 88 p.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje**: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 53-83.

MARTINS, Gracy Kelli; CÔRTES, Gisele Rocha; SAMPAIO, Denise Braga; MOTA, Denysson Axel Ribeiro. Narrativas silenciadas: a representação da violência em monumentos de mulheres. **Revista Museologia & Patrimônio**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, 2025. Disponível em: https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/1077/386 Acesso em: 8 jun. 2026.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidade y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 108 p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001, 118 p.

MUNIZ, Iranice Gonçalves; TAVARE, Anna Rachel de Arruda. Elizabeth Texeira. *In*: VEIGA, Ana Maria; SOBREIRA, Dayane Nascimento; RABAY, Glória; OLIVEIRA, Susel da Rosa. **Dicionário de Mulheres Paraibanas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

NÚÑEZ LONGHINI, Geni Daniela. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. 132 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/241036/PICH0255-T.pdf?sequence=-1. Acesso em: 19 nov. 2026.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. p. 117-142.

REZENDE, Valéria. Entrevista. **SEDUP - Serviço de Educação Popular**: 30 anos: revista comemorativa. Guarabira: SEDUP, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte - BH: Letramento, 2017.

SILVA, Jefferson Higino da. **Convite à (des)construção**: arquivos comunitários e seus diálogos com dinâmicas documentais quilombolas. 2025. 122 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/266053. Acesso em: 19 nov. 2026.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Mulheres, arquivos e memórias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 71, p. 19-27, dez. 2018. Disponível em: https://revistas.usp.br/rieb/pt_BR/article/view/152627. Acesso em: 19 nov. 2026.

VERON, Valdelice. **Tekombo'e Kunhakoty**: modo de viver da mulher Kaiowá. 2018. 42 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/34048. Acesso em: 19 nov. 2026.